



4288709



00135.209220/2024-57



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ATA DA 322ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA

DATA: 7 e 8 de Fevereiro de 2024

Brasília, na data da assinatura.

No dia sete e oito de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, Brasília - DF, foi realizada a 322ª Assembleia Ordinária do CONANDA. Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Airy Gavião, Representante do Ministério dos Povos Indígenas; Antônio Lacerda Souto, Representante do CONTAG; Ana Paula Gomes Matias, Representante da Ação de Mulheres pela Equidade (AME); Bruna Bragança Boreli Volponi, Representante do Ministério da Saúde; Bruno Wrýpätwir Kanela, Representante do Ministério dos Povos Indígenas; Carlos Frederico dos Santos, Representante da União Escoteiros do Brasil; Célia Regina Ribeiro de Freitas, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi (FENAPESTOLOZZI); Cristina Mosquetta de Moraes, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Danyel Iório de Lima, Representante do Ministério do Planejamento; Dayse César Franco Bernardi, Representante do NECA, Débora de Carvalho Vigevani, Representante do Instituto Fazenda História; Deila do Nascimento M. Cavalcanti, Representante do Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares (GAJOP); Edmundo Ribeiro Kroger, Representante da Central de Educação e Cultura Popular (CECUP); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira, Representante da Associação Mães na Luta; Eloi Gallon, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Erasto Fortes Mendonça, Representante do Ministério da Educação; Leonéa Vitória Santiago, Representante do Ministério do Esporte; Lucas Leonam Lima da Silva, Representante do Ministério da Fazenda; Lucinete Correa Tavares, Representante do Instituto EcoVida; Mariângela Ferreira Andrade, Representante da Cultura; Marina de Pol Poniwas, Representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Marta Volpi, Representante da Fundação ABRINQ; Sérgio Eduardo Marques da Rocha, Representante da Aldeias Infantis SOS Brasil; Tamires Alves Duarte, Representante da Secretaria Nacional de Juventude; Wiliian Eleutério Azevedo dos Santos, Representante do CPA- SE; Nikollas Kaua de Jesus Lima, Representante do CPA- SE; Maria Alejandra Ramirez Diaz, Representante do CPA- RR; Raul Zainedin da Rocha, Representante do CPA- PR; Eduarda Nayara Lemes Andrade, Representante do CPA- SP.

Abertura da Reunião: Pauta - Dia 07/02/2024 - 322ª Assembleia Ordinária do CONANDA - Programação: 09:00 - Posse da Presidência e Lançamento da Campanha de Carnaval; 12:00 - Intervalo Almoço; 14:00 - Reunião de Trabalho/ Reorganização das Comissões Permanentes de Orçamento e Finança, Políticas Públicas, Mobilização e Formação e Direitos humanos e Ação Parlamentar; 18:00 - Encerramento. **Dia 07/02/2024 - Manhã:** O Sr. William Eleutério Azevedo dos Santos deu início à reunião, cumprimentando cordialmente a todos os presentes, e em seguida realizou sua autodescrição. Em seguida, ressaltou o início de um novo ano de atividades do CONANDA, bem como o retorno da sociedade civil à presidência deste órgão nacional de defesa dos direitos da criança e do adolescente. Destacou, ainda, a relevância do CONANDA enquanto entidade colegiada e sublinhou a imprescindibilidade dos órgãos dedicados à proteção dos direitos dos adolescentes, enfatizando que não se pode abordar a questão da juventude sem considerar aqueles que se empenham em defender seus direitos. Além disso, salientou que para que os adolescentes participem de forma efetiva, é essencial fornecer os meios adequados, pontuando que estão há quatro anos empenhados nesse propósito. Adicionalmente, enfatizou a necessidade de os estados e municípios assegurarem a participação dos adolescentes, não apenas dos representantes do CONANDA, mas também dos próprios jovens de cada localidade. Por sua vez, a Sra. Eduarda Nayara Lemes Andrade abordou a temática do espaço de participação da criança e do adolescente, enfatizando a importância de proporcionar ambientes propícios e inclusivos para que as vozes desses grupos sejam devidamente consideradas e respeitadas nas deliberações e ações relacionadas aos seus direitos. Em seguida, o Ministro expressou gratidão pela presença dos participantes, destacando a relevância da participação ativa dos adolescentes e agradecendo ao CONANDA pelo apoio na reconstrução dos direitos humanos. Além disso, demonstrou preocupação com movimentos contrários à vacinação de crianças, ressaltando a importância de proteger a saúde desses grupos vulneráveis. O Sr. Ricardo Washington enfatizou o papel essencial do CONANDA na defesa dos direitos da infância, mencionando os avanços legislativos alcançados no combate à violência infantil. Outros membros ressaltaram a importância da reunião para a promoção dos direitos humanos e da criança, abordando denúncias e desafios enfrentados durante o carnaval, e expressaram o desejo por um país mais justo e seguro. Por fim, a reunião foi encerrada com a reprodução de uma música do bloco do Disque 100.

Pauta - Dia 08/02/2024 - 322ª Assembleia Ordinária do CONANDA - Programação: 09:00 - Abertura da 322ª Assembleia do Conanda; 09:00 - Aprovação da Ata da 321ª Assembleia Ordinária e Secretaria Executiva do Conanda; 09:20 - Comitê de Participação de Adolescentes – CPA (Devolutiva da Rede Surca/RAADH); 10:20 - Apresentação das revisões dos planejamentos das Comissões Permanentes de Orçamento e Finança, Políticas Públicas, Mobilização e Formação e Direitos humanos e Ação Parlamentar; 12:00 - Intervalo Almoço; 14:00 - Informes da Comissão Organizadora Nacional da 12ª CNDCA; 15:00 - Apresentação do Comentário Geral nº 26 – Comitê dos Direitos da Criança Comentário sobre os direitos da criança e o meio ambiente, com enfoque especial nas mudanças climáticas; 16:00 - Relatoria do GT SINASE; 16:30 - Aprovação da Resolução Institui a Política Nacional de Formação Continuada para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e dá outras

providências; 17:30 – Encaminhamentos; 18:00 – Encerramento. **Dia 08/02/2024 – Manhã:** Após a aprovação da ata, procedeu-se à realização de algumas entrevistas, durante as quais foram propostos dois nomes para consideração. O primeiro nome proposto foi Verena de Carvalho, seguido por Célia. Seguidamente, foi realizada Comissão Permanente de Acompanhamento (CPA), conduzida pelo Sr. Raul Zainedin da Rocha, Sr. Nikollas Kauga de Jesus Lima, Sra. Maria Alejandra Ramirez Diaz e a Sra. Vitória Fernandez, os quais apresentaram um panorama das atividades realizadas pela rede surca durante o segundo semestre de 2023, com especial ênfase nas contribuições dos representantes da CPA. Durante a exposição, foram compartilhados slides contendo uma síntese das propostas discutidas, bem como análises sobre a participação dos adolescentes no Brasil, abrangendo temáticas como primeira infância, proteção infantil, direitos da criança e do adolescente, entre outros. As discussões também contemplaram assuntos como conectividade, acolhimento dos participantes, abrigos para estrangeiros, prostituição infantil e estupro. Posteriormente, foram apresentadas as revisões dos planejamentos das Comissões Permanentes de Orçamento e Finanças, Políticas Públicas, Mobilização e Formação, e Direitos Humanos e Ação Parlamentar para o ano de 2024. Durante essa revisão, foram identificadas anotações prioritárias, baseadas em critérios como gravidade, urgência e tendência a se agravar, destacando-se a necessidade de atenção às contas prioritárias para a insistência política, sugestão de um documento modelo para posicionamento e verificação do posicionamento do CONANDA sobre pautas definidas, entre outros aspectos relevantes. Como resposta a essas demandas, foram delineados encaminhamentos específicos, tais como o levantamento dos principais temas tratados em projetos de lei relacionados a crianças e adolescentes, a verificação do status da contratação de assessoria jurídica para análise de determinados projetos de lei e a proposição de uma reunião extraordinária online com diversas instituições para discutir o uso seguro da internet por crianças e adolescentes. Tais encaminhamentos têm como objetivo aprimorar as ações das comissões permanentes e promover um impacto positivo em questões relevantes para crianças e adolescentes, evidenciando o compromisso em garantir sua proteção e bem-estar. Na sequência, foi efetuada a apresentação da Comissão Permanente de Políticas Públicas (CPP), foi realizada uma análise abrangente do plano estratégico da CPP do ano anterior. Observou-se que o plano continha tanto ações que já estavam em andamento quanto outras mais específicas e pontuais, que, embora não fossem prioritárias, poderiam ser implementadas juntamente com as ações mais abrangentes. Diante disso, foi conduzida uma revisão abrangente do planejamento estratégico, sugerindo-se a contratação de consultoria especializada para a CPP e outras para os temas em questão. Foram debatidas medidas relacionadas à primeira infância, convivência familiar, combate à violência sexual, entre outros temas. Ademais, ressaltou-se a importância da cooperação com outros órgãos e a necessidade de elaborar documentos de orientação para os estados. A CPP também assumiu a responsabilidade pela revisão e implementação de um produto anteriormente aprovado pelo conselho, mas não assinado pelo governo anterior. Essas medidas têm como objetivo garantir a eficácia e a implementação das ações deliberadas pelo conselho. Após discussão, foram feitos três encaminhamentos: em primeiro lugar, ressaltou-se a importância da CPP continuar no

trabalho e definir as prioridades a partir da matriz compartilhada pelo pessoal; em segundo lugar, propôs-se a construção de uma manifestação do CONANDA a respeito do ensino médio; e, em terceiro lugar, sugeriu-se a construção de um diálogo sobre a implementação da lei do serviço social e psicologia nas escolas. Dando continuidade, na reunião da CPP, foram discutidos diversos pontos do plano estratégico, com destaque para algumas entregas específicas. Uma delas tratou da elaboração de um documento para o programa do governo federal relacionado aos direitos da criança e do adolescente, além da articulação para direcionamento de recursos de emendas parlamentares para ações voltadas para esse programa. Além disso, foi abordada a ampliação dos fundos de direitos da criança e do adolescente em 10%, bem como a participação do CPA na Marcha dos Prefeitos. Em relação ao orçamento, foram discutidos os recursos destinados para 2024, especialmente para a realização de conferências e contratação de serviços. A apresentação teve como objetivo analisar e alinhar as ações da CPP para o próximo período, garantindo a eficácia das iniciativas voltadas para crianças e adolescentes. Da relatoria da Comissão de Orçamento e Finança (COF), foram propostos dois encaminhamentos: A reformulação do texto para marcar esses encaminhamentos; A demanda da COF para que todas as comissões entreguem as prioridades de recurso para o plano de aplicação. **Dia 08/02/2024 - Tarde:** O Sr. Erasto Fortes Mendonça, iniciou informando que estão na fase final do processo de seleção de duas consultorias para a redação de seis cadernos temáticos. Esses cadernos estão diretamente relacionados ao tema dos direitos humanos. Essa iniciativa demonstra o compromisso do Ministério da Educação (MEC) em promover a educação voltada para a conscientização e respeito aos direitos fundamentais de todos os indivíduos. A redação desses cadernos temáticos é um passo importante para a inclusão desses temas no currículo educacional, contribuindo para uma formação cidadã mais ampla e consciente dos estudantes. Na relatoria do Conselho Municipal de Educação (CMF), a Sra. Mariângela Ferreira Andrade destacou as prioridades definidas durante a reunião. Entre elas, estão o encaminhamento de questões importantes para os conselhos estaduais, o acompanhamento das caravanas e a contratação de consultoria especializada. Essas medidas visam fortalecer as ações do CMF e garantir uma atuação eficaz na promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Além disso, é importante considerar a elaboração de estratégias específicas para cada uma dessas prioridades, como a definição de diretrizes para os encaminhamentos, a organização logística das caravanas e a seleção criteriosa da consultoria a ser contratada. Sequencialmente, decidiram reiterar a solicitação para a presença da equipe de visitação na próxima reunião da mesa diretora em março e comunicou o envio da solicitação de doação de materiais para o CPAA à Polícia Federal. Apesar da resposta negativa recebida, planejam perseverar na questão. Quanto à instalação do CPA nos conselhos estaduais, o assunto foi discutido na reunião anterior, com 15 conselhos já tendo implementado o OCPA, exceto Pernambuco e Paraná. Além disso, foi feito um convite à ACMF para participar das próximas reuniões, e a SMF acompanhará esses encontros. Posteriormente, foi realizada a apresentação da comissão organizadora da conferência, foram abordados seis pontos principais, com especial atenção à sistematização das propostas recebidas, que totalizaram 596 e foram distribuídas em cinco eixos temáticos. Destas, 141 foram resumidas em "nuvens

temáticas", com apenas uma proposta não incluída devido a dificuldades de enquadramento nos eixos. Decidiu-se estruturar o documento final por tema, levando em conta a prioridade e o número de propostas em cada um, para garantir uma abordagem equilibrada e abrangente. Adicionalmente, discutiu-se a questão da comunicação, com ênfase no uso do site como meio de divulgação das informações pertinentes. Além disso foi compartilhado um informe sobre a logística, aguardando as informações dos estados para questões relacionadas à hospedagem. Destacou-se a instalação do espaço infantil na conferência, enfatizando que receberá acompanhamento. Por fim, foram indicados nomes para a coordenação da comunicação por eixo, com o objetivo de assegurar uma gestão eficaz das atividades de comunicação durante o evento. A Sra. Lacerda enfatizou a necessidade de o governo designar um ponto focal para a comunicação da conferência e a formação de uma comissão de conselheiros para acompanhar a sistematização. Do mesmo modo foi mencionada a realização de uma assembleia virtual para discutir o regimento interno, marcada para o dia 25 de março. Na apresentação do Comentário Geral nº 26, conduzida pelo Sr. Danilo Moura e a Sra. Luiza Teixeira da UNICEF, foi enfatizado que as crianças e adolescentes são os mais afetados pelo impacto ambiental, especialmente no contexto das mudanças climáticas. Destacou-se a importância de garantir que as crianças tenham contato com o meio ambiente e aprendam sobre questões ambientais desde cedo. Foi ressaltada a necessidade de os governos assumirem a responsabilidade de priorizar os direitos das crianças e adolescentes em suas políticas e decisões ambientais. Além disso, enfatizou-se a importância de criar ambientes seguros e saudáveis para que as crianças possam brincar, garantindo assim seu desenvolvimento pleno. Da mesma forma foi mencionada a necessidade de educação ambiental para capacitar as crianças a enfrentar os desafios ambientais, promovendo a sustentabilidade e protegendo seu direito a um meio ambiente saudável. Na continuidade, a Sra. Marta Volpi conduziu a exposição da Relatoria do GT SINASE, na qual foram expostas as iniciativas programadas para o ano de 2024 pelo SINASE, com destaque para as atividades realizadas no ano precedente. Foram discutidos temas como a coleta de dados do sistema socioeducativo, a luta contra o racismo e a ampliação das medidas de combate à violência institucional. Igualmente foi abordada a elaboração de uma minuta de resolução sobre os parâmetros de segurança e o papel dos agentes socioeducativos, além da participação em um simpósio nacional sobre socioeducação. Para envolver os familiares, planeja-se o envio de convites às organizações da sociedade civil para facilitar um diálogo virtual. Posteriormente, foi realizada a leitura de uma carta endereçada ao Chefe da Casa Civil do Brasil, Costa Ministério da Casa Civil do Brasil, com cópia para o Excelentíssimo Senhor Ministro de Direitos Humanos e Cidadania, Silvio Almeida, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. O conteúdo da carta manifestava oposição à privatização do atendimento socioeducativo, referente ao projeto Novo Socioeducativo. As organizações da sociedade civil integrantes do CONANDA, junto com o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, expressaram veementemente sua discordância em relação ao referido projeto, apontando preocupações com sua implementação e sua falta de consulta ao CONANDA. Em conclusão, foi submetida à aprovação a Resolução que institui a Política Nacional de Formação Continuada para o

Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), sendo encaminhada diretamente para os destaques devido à prévia disponibilização do texto para todos os membros. Após discussão, a Resolução foi aprovada por unanimidade.
Encerramento: Finalizadas as discussões, a reunião foi encerrada.

Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata

VERENA MARTINS DE CARVALHO
Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Verena Martins de Carvalho, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 06/05/2024, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4288709** e o código CRC **A579727B**.